

BEATRIZ ACCIOLY LINS,
BERNARDO FONSECA MACHADO
e MICHELE ESCOURA

DIFERENTES, NÃO DESIGUAIS

A questão de gênero na escola

REVIRA
VOLTA

Copyright © 2016 by Beatriz Accioly Lins,
Bernardo Fonseca Machado e Michele Escoura

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Capa

Claudia Espínola de Carvalho

Preparação

Ana Maria Alvares

Revisão

Thaís Totino Richter

Márcia Moura

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lins, Beatriz Accioly

Diferentes, não desiguais : a questão de gênero na escola
/ Beatriz Accioly Lins, Bernardo Fonseca Machado e Michele
Escoura. — 1ª ed. — São Paulo : Editora Reviravolta, 2016.

Bibliografia

ISBN 978-85-66162-57-8

1. Comportamento 2. Diversidade sexual 3. Educação
4. Família – Aspectos sociais 5. Identidade de gênero 6. Violência
1. Machado, Bernardo Fonseca II. Escoura, Michele III. Lins, Beatriz Accioly IV. Título.

16-01771

CDD-305.3

Índice para catálogo sistemático:

1. Gênero : Identidade : Sociologia 305.3

[2016]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORIA REVIRAVOLTA LTDA.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 72

04532-002 — São Paulo — SP — Brasil

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

SUMÁRIO

Introdução 9

1. Entre o azul e o cor-de-rosa: normas de gênero 15
2. Gênero e o movimento pelos direitos das mulheres 25
3. Mulheres e seus direitos 39
4. Violência de gênero e a experiência da escola 54
5. Vamos falar de sexualidade 68
6. O que a família tem a ver com isso? 81
7. Outras diferenças 89
8. Últimas considerações 101

Apêndice

- COMO AJUDAR? ALGUMAS SUGESTÕES 103
SUGESTÕES DE MATERIAIS AUDIOVISUAIS 112
SUGESTÕES DE LEITURA 121

Glossário 124

Sobre os autores 131

Referências bibliográficas 135

Créditos das imagens 142

INTRODUÇÃO

Quando crianças, na escola, realizamos diversas atividades e passamos por situações que supõem diferenças entre nós. Pedem-nos para fazer “fila de menino” e “fila de menina” e nas aulas de educação física as atividades são separadas em esportes para meninos e para meninas. Percebemos rapidamente que o mundo é dividido entre feminino e masculino e aprendemos também em qual dos dois lados devemos estar.

Certa vez, em uma pesquisa de campo com uma turma de primeiro ano do ensino fundamental, uma atividade nos chamou bastante a atenção. As crianças, inquietas, corriam e gritavam pela sala quando a professora foi ao quadro, dividiu-o ao meio e sugeriu um desafio: “Quem consegue escrever o que são coisas de menina na coluna da esquerda e coisas de menino na coluna da direita?”. A turma, em processo de alfabetização, logo entrou no jogo e começou a preencher os espaços na lousa (ou quadro-negro): as palavras “casa”, “modelo” e “amor” foram desenhadas à esquerda; e “bola”, “piloto” e “força” apareceram à direita.

Depois de encerrada a aula, refletindo sobre essa atividade, observamos que ela não só contribuía para a alfabetização das crianças, como também ensinava as formas pelas quais organizamos o mundo a partir da relação de gênero. Mas o que é gênero?

Gênero, como compreendemos, é um dispositivo cultural, constituído historicamente, que classifica e posiciona o mundo a partir da relação entre o que se entende como feminino e masculino. É um operador que cria sentido para as diferenças percebidas em nossos corpos e articula pessoas, emoções, práticas e coisas dentro de uma estrutura de poder.

Os arranjos de gênero colocados em prática na sociedade exercem uma força sobre toda nossa vida cotidiana. Eles criam expectativas a respeito de como devemos agir, do que pensar e do que gostar. E se a menina não se sentir bem de batom? Ou o menino odiar futebol? Qual é a consequência de dizer que força é uma característica exclusiva de meninos? Significa que mulheres não podem ser fortes? Ou ainda que meninos podem usar a força para obter aquilo que desejam?

É possível pensar que uma atividade aparentemente ingênua como a descrita acima esteja criando um repertório de vida para as crianças: como elas podem ser, o que podem fazer e sentir, o que o mundo espera delas, o que elas devem esperar das outras pessoas, como podem expressar o que desejam, e assim por diante. Desse modo, aos poucos, uma atividade simples está produzindo diferenças e também, como veremos, desigualdades.

Acreditamos ser possível construir uma escola em que gênero não seja restritivo e excludente, mas plural, uma escola em que se assegure uma educação genuinamente inclusiva e transformadora.

Nos capítulos a seguir, abordaremos os seguintes temas: estereótipos de feminilidade e masculinidade, regras de comportamento, o surgimento da noção de gênero e suas ligações com o

movimento de mulheres, a articulação de gênero com outras diferenças e desigualdades (raciais, de classe, geracionais), a relação entre gênero e diversidade sexual, definições de violência de gênero e suas manifestações dentro e fora da escola, a variedade de arranjos familiares, a história, as conquistas e as pautas relacionadas aos direitos das mulheres e da população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). Além desses temas, apresentamos algumas orientações relacionadas às questões de gênero e à sexualidade, sugerindo ações e procedimentos no sentido de tornar o espaço escolar mais diverso e aberto. Por fim, disponibilizamos um glossário com os principais termos, definições e conceitos abordados no livro.

É preciso dizer que o movimento LGBT, bem como as pessoas que ele representa, estão em contínuo processo de mudança. No início dos anos 1990 no Brasil, por exemplo, a sigla mais utilizada era GLS — Gays, Lésbicas e Simpatizantes. Ao longo dos últimos anos, novas demandas por reconhecimento de especificidades e de sujeitos que se sentiam invisíveis ou até excluídos fez a sigla ser modificada. Portanto, as letras se alteram de acordo com o momento político e as respostas que os movimentos sociais dão para as demandas e questões que emergem nos diferentes contextos históricos. No momento da publicação desta edição, boa parte dos movimentos sociais e do poder público assume a sigla LGBT para se referir à comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, por esse motivo a manteremos neste livro. Pode ser que novas transformações sociais alterem a formação das siglas ou o rumo das demandas deste grupo, exigindo desta publicação uma constante atualização para melhor dialogar com o movimento.

De todo modo, é sempre bom lembrar que embora as categorias e classificações possam mudar ao longo do tempo, em caso de dúvida o que deve prevalecer é a voz e a autoidentificação dos sujeitos que estão levantando suas demandas por reconhecimento.

Para saber mais sobre este assunto, conferir Júlio Assis Simeões e Regina Facchini, *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. (São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.)

Ao longo do livro, você irá notar que escolhemos o uso de linguagem inclusiva para nos referirmos às pessoas. Isto é, mencionaremos “alunas e alunos”, “professoras e professores”, ou seja, ao citarmos um grupo não utilizaremos a forma masculina como sinônimo do que é “neutro” ou “universal”. Discutiremos também como são produzidas desigualdades e violências de gênero em nossa sociedade. Entendemos que na forma como construímos frases e elaboramos pensamentos podemos, muitas vezes, reproduzir assimetrias de gênero. O que buscaremos evitar. A linguagem, para nós e estudiosas e estudiosos da linguagem, também aparece marcada por essas assimetrias.

Sugerir que o uso de expressões e palavras no masculino seria sinônimo do que é neutro e/ou universal nos impede de olhar a existência das mulheres. Se usarmos uma palavra no masculino como sinônimo de genérico, como “o aluno”, não saberemos se por trás da palavra pretende-se também englobar as meninas. Se for este o caso, elas ficam invisíveis e se não for, elas ficam excluídas.

Este livro é justamente um esforço para visibilizar a existência, as ações, os desejos das mulheres, para colocá-las nas discussões. Desse modo, se a língua é um instrumento flexível — e acreditamos

que seja —, ela pode ser transformada de acordo com novos desejos de comunicação e com a nossa luta para estabelecer uma sociedade mais equitativa. Por isso, compreendemos que ao escrever empregando a flexão das palavras também para o feminino, evidenciamos que o universal não é masculino e que precisamos levar em consideração a presença das mulheres quando enunciamos pessoas.

Há ainda pessoas que recusam a lógica binária de classificação, isto é, defendem que suas identidades não cabem em uma classificação entre feminino ou masculino. Esse grupo costuma se entender como não binário e outras variações da linguagem podem ser evocadas nessa discussão, como o uso de @, x ou outras vogais como o “e” ou “i” na linguagem, por exemplo, alun@s, alunxs, alunes ou alunis.

A luta de movimentos sociais que demandam reconhecimento e de sujeitos que se sentem inviabilizados é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Consideramos que toda a comunidade deve estar atenta para a forma como as pessoas desejam ser interpeladas, chamadas, isto é, como devemos nos referir a elas. Portanto, fizemos um esforço para empregar uma linguagem aberta e plural que fosse o mais condizente possível ao contexto de uma primeira conversa sobre o tema de gênero. Muitas outras possibilidades daqui se abrem e nosso convite é para que essa leitura sirva de estímulo a debates cada vez mais aprofundados sobre o tema.

Para saber mais sobre o uso de linguagem inclusiva, conferir o *Manual para o uso não sexista da linguagem*, indicado nas referências bibliográficas.

1.

ENTRE O AZUL E O COR-DE-ROSA: NORMAS DE GÊNERO

Você já ouviu frases como “menino não chora” ou “toda mulher quer ser mãe”? Ou então “mulher não tira carteira de motorista, tira porte de arma”?

São populares as expressões e os pensamentos que partem do que se concebe como feminino e como masculino para explicar comportamentos ou torná-los piadas. É comum também, nas escolas, ouvirmos frases como “menina é vaidosa”, “menino é mais agitado” ou “menina amadurece mais cedo” para explicar diferenças entre meninos e meninas.

Entretanto, quando associamos um comportamento específico a um grupo de pessoas só porque são mulheres, homens, meninas ou meninos, estamos reproduzindo alguns estereótipos de gênero. Em outras palavras, estamos pensando que as diferenças biológicas entre pessoas do sexo feminino e do sexo masculino explicam e justificam diferenças de comportamento na sociedade.

Além disso, se achamos “natural” que mulheres dirijam mal ou que homens não chorem, partimos do pressuposto de que não há diferenças entre os indivíduos do próprio grupo. Se uma

mulher for uma motorista exemplar, ela deixa de ser mulher? Se uma menina não gosta de usar batom, ela deixa de ser menina? E se um homem for sensível e emotivo, suas lágrimas o tornam menos homem?

As exceções nos mostram que não é da natureza nem das mulheres nem dos homens se comportarem todos da mesma maneira. Afinal, se fosse o cromossomo Y que definisse que homens não podem chorar, talvez pessoas do sexo masculino nascessem sem a capacidade de produzir lágrimas. Como os homens ouvem desde criança que “menino não chora”, será então que esse não é um comportamento rigorosamente ensinado por nossa sociedade, ao longo de anos? Da mesma forma, se muitas mulheres sonham em ter filhos ou adoram se maquiar, será que não é porque desde muito pequenas elas foram ensinadas que “menina é vaidosa” e que “toda mulher deve querer ser mãe”? Será que muito do que somos não é aquilo que a sociedade nos ensinou e espera de nós?

Quando generalizações como essas são repetidas em casa, na igreja, na televisão, na escola ou nas diversas situações do dia a dia, reafirmam-se normas de gênero. Toda vez que uma pessoa diz “isso é coisa de menina”, “mulher é assim” ou “homem não faz isso”, não está apenas justificando comportamentos a partir da diferença entre os sexos, mas também está ensinando como ela e toda a sociedade esperam que homens, mulheres, meninas e meninos se comportem e limitando suas possibilidades de existir no mundo.

Além de serem regras restritivas, que tentam encaixar as pessoas em estereótipos sociais, as normas de gênero são também a base para muitas situações de desigualdade. Quando usamos o termo “desigualdade de gênero”, nos referimos a relações de poder, privilégio ou hierarquias sociais criadas a partir das diferenças percebidas entre homens e mulheres, ou entre masculinidades e feminilidades.

Frases como “ele corre que nem menina” ou “ela trabalha duro que nem homem” são exemplos de como os comportamentos esperados para homens e mulheres podem ser hierarquizados e construir polos de valorização e desvalorização. Quando alguém afirma que um garoto “corre que nem menina”, está usando essa expressão de forma negativa, de modo a desqualificá-lo. Em contrapartida, a expressão “ela trabalha duro que nem homem” é usada de forma positiva e valoriza o trabalho de uma mulher: usa-se o estereótipo de que todo homem é trabalhador e, se uma mulher também o é, ela é logo valorizada pela comparação com eles.

As diferenças percebidas entre o corpo feminino e o masculino foram transformadas em desigualdades através de um processo histórico e cultural cujo resultado foi a naturalização de vários estereótipos de feminilidade e masculinidade. Um exemplo de como as diferenças de gênero serviram para a criação de desigualdades é a própria história do magistério e da pedagogia no Brasil.

Já no início do século xx a industrialização das grandes cidades brasileiras retirava os professores homens das poucas salas de aula que existiam na época levando-os para os postos de trabalho recém-criados. Com o aumento no número de vagas nas carreiras de educação e a fácil associação entre magistério e cuidado com as crianças — apoiada na ideia de que “toda mulher quer ser mãe” —, muitas mulheres encontraram ali a oportunidade para entrar no mercado de trabalho. Aos poucos, a docência passou a ser encarada como uma profissão que estendia as funções domésticas femininas. Portanto, apareceu como um caminho profissional para as moças jovens, brancas e de classe média, que até então eram proibidas de trabalhar fora de casa.

Se quando falamos em gênero não estamos falando apenas em diferença mas também em desigualdade, não demorou muito para que a feminilização do magistério provocasse a desvalo-

rização da profissão: o baixo salário recebido pelas professoras era visto apenas como um dinheiro extra para as jovens, antes de se casarem e serem sustentadas pelo marido. O tempo passou, as mulheres continuaram trabalhando nessa carreira mesmo depois de casadas, especializaram-se, fizeram pós-graduação, mas ainda assim o magistério ficou colado aos preconceitos sociais de gênero. Assim, a constante desvalorização histórica de muitas das profissões consideradas “femininas”, nos mostra o quanto há de desigualdade entre as representações da feminilidade e as da masculinidade.

Para saber mais sobre a construção do magistério e da pedagogia no Brasil como uma carreira profissional feminilizada, não deixe de ler o texto “Mulheres na sala de aula”, de Guacira Lopes Louro, indicado nas referências bibliográficas.

Além da relação entre feminilização do magistério e a consequente desvalorização da profissão, há ainda muitas outras desigualdades de gênero operacionalizadas no espaço escolar. As normas e os estereótipos de gênero se reproduzem até mesmo nas disciplinas e nos conteúdos escolares. Nas aulas de biologia, por exemplo, aprendemos que a reprodução humana acontece a partir da corrida dos espermatozoides até o óvulo. Pesquisas na área de reprodução, contudo, mostram que a imagem do óvulo à espera da fecundação pelos espermatozoides está muito mais relacionada aos estereótipos de feminilidade (passiva) e masculinidade (ativa) do que ao processo biológico da fecundação.

Em vez do imaginário do óvulo passivo à espera dos espermatozoides, pesquisas sobre reprodução humana têm mostrado que o óvulo desempenha papel fundamental na fecundação: ele desenvolve membranas que, como braços, puxam o espermatozoide para seu interior. Se quiser se aprofundar mais nessas pesquisas, veja os sites: <<https://pecep.wordpress.com/2014/04/21/sobre-verdades-e-ovulos/>> e <<http://anthropology.msu.edu/anp201/files/2011/06/2013-The-Egg-and-the-Sperm-by-Emily-Martin-1991.pdf>>.

O comportamento esperado na escola também é marcado por expectativas de gênero. Quando pensamos que “matemática é coisa de menino”, que “menina é mais caprichosa”, enfim, que certas coisas são próprias de meninas e outras de meninos, estamos limitando as aprendizagens e as experiências de vida das crianças ou adolescentes.

Por exemplo, quantas grandes jogadoras de futebol podemos ter perdido em nossas escolas a cada ano justamente porque as meninas são desencorajadas a praticar esse esporte, considerado “de menino”? Ou quantas grandes matemáticas e físicas o mundo pode ter perdido cada vez que se acreditou que as alunas, por serem meninas, são naturalmente mais fracas nas disciplinas da área de exatas? Toda vez que uma menina tem menos incentivo para fazer algo considerado “de menino”, os estereótipos de gênero funcionam como um freio para todas as possibilidades de aprendizagem que poderiam delinejar outro futuro para ela.

Apesar de haver registros sobre equipes femininas de futebol nos anos 1920, jogar futebol passou a ser proibido às mulheres em um decreto federal de 1941. Ao lado de lutas, saltos,

rúgbi, polo e atletismo, a proibição se estendeu até 1979, sob a alegação de que era uma atividade violenta demais para elas.

Para saber mais sobre a história do futebol feminino, leia o texto “Futebol feminino: espaço de empoderamento para mulheres das periferias de São Paulo”, de Mariane Pisani, indicado nas referências bibliográficas.

Atualmente o Brasil conta com uma das melhores jogadoras de futebol de toda a história. Marta Vieira da Silva recebeu cinco vezes o título de melhor jogadora de futebol feminino do mundo pela Federação Internacional de Futebol (Fifa), dois a mais que o maior premiado brasileiro na versão masculina do prêmio, Ronaldo Nazário de Lima. Entretanto, a vantagem de Marta em suas premiações não garantiu visibilidade para os campeonatos femininos nas programações da tv brasileira nem salários iguais àqueles recebidos por seus colegas do futebol masculino. Quando ela jogou no Santos em 2010, o orçamento de todo o time feminino não passava de 1,5 milhão de reais por ano, enquanto, sozinho, o jogador Neymar Jr. recebia 1 milhão por mês no mesmo time —* e sem contar com nenhum prêmio da Fifa à época. Dados como estes ou como as ações de proibição do futebol feminino nos anos de 1940 mostram que tais desigualdades devem-se muito mais aos estereótipos de gênero socialmente formulados e reproduzidos do que à falta de habilidade das mulheres no esporte.

* Disponível em: <www.theatlantic.com/entertainment/archive/2015/06/neymar-marta-world-cup-brazil/394856/?utm_source=SFTwitter>. Acesso em: 2 fev. 2016.

Esse exemplo nos lembra o quanto ideias de que há “coisas de homem” ou “coisas de mulher” são muitas vezes produtos de estereótipos e hierarquias sociais. Assim, é sempre preciso celebrar pessoas que desafiam as regras previstas e mostram que o corpo humano, feminino ou masculino, pode desenvolver habilidades as mais variadas, inclusive aquelas não previstas culturalmente.

Para outro exemplo de mulheres que desafiaram as normas tradicionais e foram pioneiras esportivas, pesquise sobre Katherine Switzer, a primeira mulher a participar da corrida Maratona de Boston, nos Estados Unidos, em 1967.

As expectativas de gênero não atingem apenas as meninas. Hoje, os meninos, principalmente negros e moradores das periferias das grandes cidades, formam o maior contingente de estudantes que desistem dos estudos. Embora haja uma ideia de que as ciências exatas são um campo em que os meninos teriam mais domínio (baseada no estereótipo de que homens são mais racionais que mulheres), de modo geral a escola é pensada como um espaço privilegiado para o que se entende por feminilidade.

Quando pensamos nos critérios usados para definir um “bom aluno”, temos sempre em mente as noções de capricho, atenção, determinação e obediência, adjetivos normalmente relacionados aos estereótipos sociais de feminilidade. Um caderno caprichado, com letra bonita e limpo, um comportamento mais tranquilo e atento na sala de aula, a disposição em ajudar na organização da classe, são padrões de conduta altamente valorizados no ambiente escolar e, de antemão, esperados das meninas. Não que não haja exceções e meninos que também sejam muito valorizados em suas turmas, mas, de modo geral, o ambiente escolar ficou marcado como um ambiente feminino: ou porque acreditamos que nele se ocupam profissionais mulheres, ou porque comportamentos socialmente considerados femininos são mais valorizados na escola.

Associado a esse panorama de critérios de avaliação, é comum encontrar entre os jovens alunos (principalmente entre aqueles de camadas sociais de menor renda) um desinteresse pela escola, justificado pelo discurso de que ela não garantiria uma inserção automática no mercado de trabalho e muito menos a ascensão econômica. Em sua pesquisa, Marília Pinto de Carvalho mostra que, entre os ideais de masculinidade, o fracasso escolar aparece como uma característica de virilidade: em alguns contextos, a insubordinação às regras escolares se torna uma maneira de muitos meninos constituírem sua identidade e se mostrarem publicamen-

te como masculinos. Isto é, quanto mais barulho, bagunça e risadas causar, mais um garoto poderá ser legitimado por seus colegas. E essas dinâmicas vão afastando os rapazes (sobretudo negros e de famílias de baixa renda) das escolas e do processo de escolarização, um direito básico dos cidadãos brasileiros. Esse é mais um exemplo de como o sistema de estereótipos e desigualdades de gênero pode limitar direitos ou possibilidades de experiências não apenas para mulheres, mas também para os homens.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD), de 2011, em média 38% dos homens de 18 a 24 anos deixam a escola antes do período previsto. Já no relatório *Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da Educação Básica na idade certa — Direito de todas e de cada uma das crianças e dos adolescentes do Fundo das Nações Unidas para a Infância* (Unicef) em parceria com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, os dados apontam que entre os adolescentes de 15 a 17 anos que estão fora da escola no Brasil, 593 mil são brancos, enquanto quase 1 milhão são negros.

Para conhecer um pouco mais sobre as pesquisas que identificam desigualdades de gênero nas avaliações e no fracasso escolar, veja o texto “O fracasso escolar de meninos e meninas: articulações entre gênero e cor/raça”, de Marília Pinto de Carvalho, e também o *Informe Brasil: Gênero e educação*, produzido pela ONG Ação Educativa, indicados nas referências bibliográficas.

Nesse sentido, quando pensamos em relações de gênero, nos referimos às maneiras como os sujeitos constroem a si mesmos a partir de estereótipos, normas de comportamento e expectativas sobre o que é “ser homem” ou “ser mulher”. Embora a repro-

dução dessas identidades, estereótipos, normas ou expectativas naturalize o que entendemos como diferenças entre feminilidade e masculinidade, ou entre mulheres e homens, a discussão feita anteriormente nos provoca a pensar o quanto as diferenças de gênero são produtos da história e da educação em nossa sociedade.

Para além dessas diferenças, as dicotomias entre feminilidade e masculinidade criam desigualdades: articulado com noções de hierarquias e poder, o gênero é também uma forma social de produzir posições de desigualdade entre pessoas, coisas, espaços ou emoções. No terreno da desigualdade de gênero encontramos desvalorização salarial, repressões, discriminações e violências, temas que historicamente têm mobilizado movimentos reivindicatórios, lutas e disputas por igualdade.

Contudo, é preciso lembrar que combater as hierarquias de gênero não significa apagar todas as diferenças. Igualdade entre as pessoas não é anular as nuances e as diferenças existentes entre elas, mas garantir que tais variações não sejam usadas para se estabelecer relações de poder, hierarquia, violências e injustiças.

Hora de analisar melhor esses termos: em primeiro lugar, o contrário da palavra “diferença” é “semelhança”, e o contrário de “igualdade” é “desigualdade”. Assim, por que não criarmos uma sociedade em que diferença e igualdade caminhem juntas?

